



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1227/2024
(à MPV 1227/2024)

Acrescente-se § 3º-A ao art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na forma proposta pelo art. 5º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 74.**

.....

§ 3º-A. A empresa produtora e exportadora de mercadorias nacionais fará jus a crédito presumido do PIS e da Cofins, passíveis de compensação para com os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.227 estabelece condições para a fruição de benefícios fiscais, restringindo a compensação de créditos relativos a tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e revogando hipóteses de ressarcimento e compensação de créditos presumidos para o PIS e a COFINS. Essa normatização é justificada pela necessidade de o Poder Executivo adotar medidas compensatórias diante da desoneração da folha de empresas e municípios.

Apesar dos indícios preliminares meritórios da referida Medida Provisória, argumentamos a necessidade de modificação do artigo 5º dessa normativa.

Inicialmente, questionamos a urgência da medida para impor restrições e até extinguir, em algumas hipóteses e setores específicos, a



possibilidade de aproveitamento e ressarcimento de créditos da PIS e COFINS, conforme proposto no artigo que deve ser modificado.

Porém, considerando o propósito governamental de restringir tais possibilidades, é crucial manter a autorização da fruição desses créditos originários das operações de exportação. Observa-se que a questão da compensação cruzada de créditos nunca foi de fácil resolução na relação entre Fisco e Contribuinte, e a edição da Medida Provisória apenas agravou essa situação, congestionando o Poder Judiciário e o Tribunal Administrativo com questões complexas e de difícil solução.

Para minimizar os impactos negativos na cadeia produtiva e exportadora nacional, cujos fluxos de caixa serão afetados, é essencial manter a compensação dos créditos do PIS e da COFINS pelos produtores e exportadores para com os tributos administrados pela RFB. Essa medida refletirá positivamente na industrialização, exportação, empregabilidade e sustentabilidade gerada a partir da produção de biodiesel.

Assim, diante desse cenário desafiador, solicitamos o apoio de nossos colegas para aprovação da presente Emenda.

Sala da comissão, 10 de junho de 2024.

Senador Vanderlan Cardoso
(PSD - GO)

